

Boletim Edição 03, Novembro – Dezembro de 2008

INFORMATIVO

Relatório mundial do UNFPA mostra como a sensibilidade cultural é essencial para o sucesso das estratégias de desenvolvimento e igualdade de género

As estratégias para o desenvolvimento sensível aos valores culturais podem reduzir práticas nocivas contra as mulheres e promover os direitos humanos, incluindo a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, afirma o Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008, do UNFPA.

O relatório “Construindo Consenso: Cultura, Género e Direitos Humanos”, lançado em Novembro, mostra que a cultura é central para o desenvolvimento bem sucedido de países em desenvolvimento e deve ser integrada em políticas e programas para o desenvolvimento.

“Para atingir progresso mais significativo temos que nos engajar ao nível mais profundo para facilitar a mudança na vida de indivíduos, famílias e comunidades. Chamamos a isso sensibilidade cultural”, disse a Representante do UNFPA em Moçambique, Patricia Guzman, na apresentação do relatório em Maputo.

Guzman disse que a experiência do UNFPA revela que a sensibilidade cultural nos programas é essencial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ou seja a um desenvolvimento em conformidade com os direitos humanos.

Mas, sublinhou, a sensibilidade e o engajamento cultural não devem ser confundidos com a aceitação de práticas que atentam contra os direitos

Assuntos como a eliminação da Violência Baseada no Género e a redução da mortalidade materna, estão no centro das preocupações do governo, disse

Cuereneia. Como exemplo de respostas, Cuereneia recordou a criação de Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança vítimas da Violência Doméstica nas esquadras da policia, e o lançamento da Iniciativa Presidencial para a Saúde Materna, do Recém-Nascido e da Criança para promover a redução da mortalidade materna, neo-natal e infantil.

continua na pág.2



Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, e Representante do UNFPA, Patricia Guzman, na apresentação do relatório em Maputo

humanos. “Pelo contrário, o entendimento das realidades culturais pode revelar as maneiras mais efectivas para lidar com práticas prejudiciais e promover os direitos humanos”.

Segundo o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, o governo de Moçambique continuará a desenvolver acções informadas, baseadas em documentos como o relatório mundial do UNFPA, “para uma melhor definição das prioridades nacionais com vista à satisfação das preocupações da nossa população”.

Nesta edição

- ❖ Mulher da Zambézia canta *Violência Doméstica não é Amor*;
- ❖ Actriz Lucrecia Paco “Rasga o silêncio” contra a violência;
- ❖ Não desistirei do activismo, diz Absalão Chilenge;
- ❖ Campanha para a erradicação da fistula ganha prestigiado prémio na área de saúde pública

Missão do UNFPA

O UNFPA, Fundo das Nações Unidas para a População, é uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento, que promove os Direitos de cada mulher, homem e criança para que desfrutem de uma vida sã, com igualdade de oportunidades para todos. O UNFPA apoia os países na utilização de dados sócio-demográficos para a formulação de políticas e programas de redução da pobreza, e para assegurar que toda a gravidez seja desejada, todos os partos sejam seguros, todos os jovens estejam livres do HIV/SIDA e todas as raparigas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito. *UNFPA – porque todos contam*

continuação da pág. 1

A cultura não é um muro a ser derrubado

Neste relatório, o UNFPA descarta a suposição de que a cultura é um obstáculo à concretização dos direitos humanos. A cultura não é um muro a ser derrubado. É uma janela através da qual se pode ver, uma porta para se abrir para que haja mais progresso em relação aos direitos humanos.

O relatório, que coincide com o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sugere que as parcerias – entre o UNFPA e as instituições e líderes comunitários, por exemplo – podem permitir a criação de estratégias efectivas para promover os direitos humanos e acabar com abusos, incluindo contra a violência baseada no género.

A análise das escolhas das pessoas nas suas condições e contextos culturais locais é uma pré-condição para a elaboração de políticas melhores para o desenvolvimento

Apesar das muitas declarações e afirmações em apoio aos direitos das mulheres, argumenta o relatório, a desigualdade de género ainda está disseminada e profundamente enraizada em muitas culturas. Relações coercivas de poder estão subjacentes a práticas como o casamento de crianças – uma das principais causas da fistula obstétrica e da mortalidade materna. Estas e outras práticas prejudiciais continuam a existir em muitos países apesar das leis contra elas.

Guzman lembrou que uma das principais mensagens do relatório é que a mudança que se pretende no contexto cultural não pode ser imposta de fora se se almejar que seja sustentável, afirmando que a mudança tem que vir de dentro. Para tal, o UNFPA trabalha com governos, várias organizações locais e indivíduos por meio

de uma “lente cultural”. (ver caixa)

O relatório enfatiza também a importância das abordagens sensíveis às diferenças culturais na resposta humanitária. Destaca que a assistência humanitária em conflitos deve proteger todo e qualquer progresso já alcançado pelas mulheres em prol da igualdade de género, incluindo os direitos e a saúde reprodutiva.

O relatório conclui que a análise das escolhas das pessoas nas suas condições e contextos culturais locais é uma pré-condição para a elaboração de políticas melhores para o desenvolvimento.

Junto com o relatório foi apresentado o suplemento Geração da Mudança: Pessoas Jovens e Cultura, com reportagens e histórias de jovens de várias partes do mundo, incluindo a futebolista moçambicana Grita Filipe, activista do Programa Nacional Geração Biz.

Leia o relatório mundial em: <http://www.unfpa.org>

3 A LENTE CULTURAL

A lente cultural é a ferramenta do UNFPA para facilitar o processo de contestação e mudança das práticas que sustentam a desigualdade de género e para a construção de alianças que promoverão a eficácia dos programas e sua apropriação (ownership). Também ajuda a desenvolver as habilidades – fluência cultural – necessárias para negociar com indivíduos, grupos e comunidades, para persuadir as partes interessadas e parceiros e para cultivar a aceitação cultural e a adoção de conceitos como equidade de género, igualdade de género e direitos humanos.

A lente cultural ajuda a:

- Entender as necessidades e aspirações de diferentes grupos, incluindo os integrantes mais marginalizados da comunidade;
- Conduzir pesquisas para esclarecer as realidades políticas, sociais, jurídicas e económicas, assim como as possibilidades de mudança;

- Estudar as crenças e práticas da comunidade e identificar aquelas que mais respaldam os direitos humanos, o empoderamento das mulheres e a igualdade de género;
- Entender as inter-relações políticas entre parceiros em potencial, como os grupos de pressão e os grupos da sociedade civil, além das relações políticas requeridas para construir alianças efetivas;
- Aprender a linguagem cultural – desenvolver “fluência cultural” – a qual será necessária para aprender, negociar e persuadir;
- Estabelecer conexões entre os valores culturais locais e os direitos humanos universalmente reconhecidos;
- Desenvolver as habilidades de comunicação, mediação, negociação e facilitação necessárias para construir



relações de confiança, resolver conflitos e encorajar a assimilação dos direitos humanos e da igualdade de género.

Fonte: UNFPA. 2008. Integrando Cultura, Género e Direitos Humanos na Programação: Um Manual de Treinamento. Nova York: UNFPA.

Mulher da Zambézia canta *Violência Doméstica não é Amor*

O Núcleo de Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA) lançou, a 10 de Dezembro de 2008, Dia dos Direitos Humanos, em Quelimane, o compacto disco *Violência Doméstica não é Amor*.

O lançamento enquadra-se na campanha de advocacia a favor da Lei contra a violência doméstica.

“Fizemos este disco porque sentimos que o canto coral pode ser eficaz para a transmissão de mensagens educativas”, afirmou Nazário Paunde, coordenador da edição. “As pessoas aqui ouvem muito a rádio e assim as mensagens vão atingir a muita gente”.

Segundo Paunde, “as canções irão despertar as vítimas da violência sobre os seus direitos e alertar os perpetradores sobre os efeitos dos seus actos”.

O disco tem onze canções, em Echwabo, Cissena e Português, que denunciam o incesto, a violência sexual, física, psicológica e económica contra a mulher. A interpretação coube aos grupos corais 17 de Setembro, Gabinete da Mulher e Movimento Cívico da Zambézia.

Sobre os temas, Candida Quintano, coordenadora do NAFEZA explicou que as mulheres buscam a inspiração no seu dia-a-dia. “Falamos muito sobre o incesto, por exemplo, e isso pode revelar que é um assunto que as preocupa. Por



Violência Doméstica não é Amor.

As canções irão despertar as vítimas da violência sobre os seus direitos e alertar os perpetradores sobre os efeitos dos seus actos

exemplo, uma das canções diz que 'há pais que violam as filhas'. Para Quintano, a música ajuda-lhes a libertarem o que sentem, a terem voz.

O governador da Zambézia, Carvalho Muaria, disse, no lançamento, que é importante a manutenção da paz na família, o diálogo entre os parceiros e progenitores, e que o governo privilegia a observância dos direitos humanos.

Além das rádios comunitárias, o disco

será entregue a cada uma das 53 associações membros do NAFEZA, aos Gabinetes de Atendimento a Mulher e Criança (da Polícia da República de Moçambique) em toda a província da Zambézia e a grupos de activistas comunitários.

A expectativa do NAFEZA é que essas organizações usem o disco nas suas actividades regulares de prevenção da violência contra a mulher, em particular na região baixa da Zambézia. Proximamente, o NAFEZA irá gravar outras canções em Elomwe, a língua mais falada na província.

O lançamento de “Violência Doméstica não é Amor” foi apoiado pelo UNFPA no quadro do programa para a melhoria da capacidade na abordagem de género, incluindo a integração da prevenção da Violência Baseada no Género nos planos nacionais e provinciais da implementação da política de género.

Com este programa, que está em curso em Maputo, Zambézia, Niassa e Tete, espera-se melhorar a capacidade nacional para a formulação, advocacia e implementação de legislação sensível ao género; e a fortalecer a capacidade nacional para uma efectiva integração de assuntos de HIV, género e outros relativos aos grupos vulneráveis nos processos de governação a todos os níveis.

Mensagem da Directora Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid, por ocasião do Dia dos Direitos Humanos

Ao comemorarmos o 60. aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, podemos traçar a evolução de um movimento internacional poderoso. Podemos orgulhar-nos do marco legislativo internacional sobre os direitos humanos que foi estabelecido e que se reflecte na legislação ao nível nacional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos colocou por escrito, pela primeira vez na história, os direitos que todos os seres humanos têm. Como a base dos padrões internacionais de direitos humanos, a Declaração continua a guiar os esforços pela paz, pela justiça e pelo progresso humano.

Nesta data, saudamos aqueles indivíduos que buscam igualdade de justiça, de oportunidade e de dignidade sem discriminação. Reconhecemos que, ainda que tenha havido progresso durante as últimas seis décadas, a concretização dos direitos humanos universais ainda está muito longe de ser universal de facto.

Violações atrozes persistem e nos forçam a confrontar as profundezas da crueldade à qual os seres humanos podem se



Thoraya Obaid

O sucesso na promoção dos direitos humanos depende tanto do primado da lei, quanto de mudanças em atitudes e comportamentos individuais.

entregar. A discriminação e a violência disseminadas que continuam a existir contra mulheres e meninas representam uma fronteira final na busca da humanidade por justiça social.

O UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, clama pelo fim da impunidade. Pedimos maior acção e investimento para promover o empoderamento e a igualdade das mulheres e o direito à saúde reprodutiva.

O sucesso na promoção dos direitos humanos depende tanto do primado da lei, quanto de mudanças em atitudes e comportamentos individuais.

Compreender o contexto cultural é vital para a luta pelos direitos humanos universais. Neste dia, vale lembrar as palavras de Eleanor Roosevelt, delegada dos Estados Unidos na ONU que, há seis décadas, coordenou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela disse:

“Onde, afinal de contas, os direitos humanos começam? – Em pequenos lugares, próximos de casa – tão próximos e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. Contudo, são o mundo das pessoas (...) Se esses direitos não tiverem significado ali, eles não terão significado em lugar algum.”

No Dia dos Direitos Humanos, e todos os dias, vamos promover a cultura dos direitos humanos. Vamos desenvolver esses ideais universais em nossas instituições, famílias e em nós mesmos.

Actriz Lucrecia Paco “Rasga o silêncio” contra a violência



Abordar o abuso sexual de menores e violência doméstica através da arte é pertinente, porque é cumprir com um dos princípios da arte – sensibilizar

Em Agosto de 2008, a famosa atriz moçambicana Lucrecia Paco apresentou, no decurso da 1ª Conferência de Mulher e Género, em Maputo, uma peça sobre a violência baseada no género. Trata-se de “Rasgar o silêncio”, inspirada no texto dramático “Papa m’a suicider” (papá me suicidou), de Alain kamal Martial, das Ilhas Mayotte. Paco foi acompanhada pelo músico Cheny Wa Gune, do grupo “Timbila Muzimba”. Eis, extractos da conversa com a atriz sobre a peça:

Qual é a história que narras nesta peça?

A peça aborda a temática da violência doméstica no geral e tem como foco a violação e abuso sexual de menores na sua forma mais horrenda. Baseada em factos reais, é um depoimento que relata a história de um pai que viola a sua filha, o que espelha o tão complexo tema do abuso sexual de menores, que ocorre no seio familiar. Neste caso, estamos perante duas vítimas: a mãe que é violentada psicologicamente e tem medo de reagir sob a pena de perder o lar; a própria menor que parte e toma um destino desconhecido; por fim, na angústia de reencontrar a filha, a mãe decide quebrar o silêncio, e num acto heróico decide prestar depoimento como forma de contribuir para um despertar da consciência.

A luta pela igualdade de género não depende apenas da mulher, mas também do homem, que deve ultrapassar os preconceitos em relação à capacidade da mulher como ser pensante”

Porque é que decidiste encenar esta obra?

Da primeira leitura que fiz da obra, achei oportuno leva-la para os palcos, por ser um tema bastante actual, baseado em factos reais, segundo as informações que obtive do autor.

Abordar este tema do abuso sexual de menores e violência doméstica através da arte é pertinente, porque é estar a cumprir com um dos princípios da arte - sensibilizar.

na nossa sociedade e caem no silêncio. Por isso, sinto-me na obrigação de dar o meu contributo como cidadã para que haja um “romper desse silêncio”, na esperança de ver no futuro uma sociedade saudável e capaz de contribuir mais activamente na luta contra a pobreza. Para mim, cada acto de violência ou abuso de uma menor é uma castração ao seu desenvolvimento.

Que reacções tens tido sobre a peça?

As reacções têm sido muito boas, porque das poucas vezes que apresentamos a peça, criou-se um espaço para um

debate que permite uma reflexão sobre o abuso sexual de menores. Importa referir que nós apresentamos apenas um exerto de 15 minutos de uma peça de uma hora, que toca várias questões de ordem social ligadas ao abuso sexual de menores e violência doméstica.

Gostaríamos de levar a peça a outras províncias e servimo-nos dela para a sensibilização. Aceitamos também o desafio de montar a peça na totalidade. Seria interessante trabalhar com mais organizações da área de luta contra a violência de modo a levar a peça a outras províncias.

Que leitura fazes da igualdade entre homens e mulheres em Moçambique?

Eu penso que há ainda muito por fazer para que a mulher consiga dar o seu contributo em mesmo pé de igualdade que o homem. É uma luta que não depende apenas da mulher, mas também do homem, que deve ultrapassar os preconceitos em relação à capacidade da mulher como ser pensante.

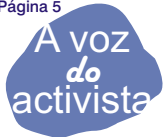


...cada acto de violência ou abuso de uma menor é uma castração do seu desenvolvimento

Por outro lado o problema da igualdade de oportunidades está estreitamente ligado à forma de ser e de estar da sociedade. Há uma série de crenças ligadas à tradição que já não têm a razão de ser no mundo moderno, e ultrapassar isso requer o esforço de todos.

Contudo, reconheço que, ao nível institucional, o espaço para o debate sobre género já é um passo. O que falta, acima de tudo, é definirem-se estratégias concretas para que a mulher possa gozar de igual modo que o homem do direito ao crédito ou à exploração de terras. A falta disso impossibilita a mulher, em termos materiais, de ter os alicerces para o seu desenvolvimento.

É de louvar também o esforço que tem sido feito pelo Ministério da Educação e Cultura na educação da rapariga, e muitas outras acções que são desenvolvidas pelas associações femininas. Há ainda muito que fazer - e como dizia Samora Machel, um dos impulsionadores do movimento de emancipação da mulher Moçambicana - “A Luta Continua” pelo bem de todos.



“Não desistirei do activismo”

Absalão Chilengue

Absalão Chilengue é o meu nome. Nasci no dia 18 de Outubro de 1985, na localidade de Maciene, Gaza. Sou activista de base comunitária do Programa Geração BIZ (PGB), desde 2004, em Maciene. Sou o segundo dos três filhos da minha mãe. O meu pai teve 16 filhos.

Eu vivo com a minha esposa Amélia Alexandre Manjate. Temos quatro filhos – duas meninas e dois rapazes. Os dois primeiros filhos têm 8 e 5 anos respectivamente, os últimos são gémeos com 18 meses de idade.

Completei a 7ª classe, em 1994. Por dificuldades financeiras parei de estudar, mas o meu sonho é cursar enfermagem para continuar a trabalhar para o bem da população.

Tornei-me activista depois de ter visto jovens de uma escola de Xai-Xai a realizarem uma palestra do Programa Geração Biz. Manifestei de imediato o interesse de fazer parte do grupo. Um dos jovens recomendou-me a falar com os activistas da minha zona. Algum tempo depois fui treinado como activista na minha localidade.

Antes do PGB, havia sido treinado pela Cruz Vermelha de Moçambique em cuidados domiciliários de SIDA e encaminhamento de doentes aos hospitais.

Sou agora o activista comunitário mais antigo da minha localidade. Muitos dos que foram formados na mesma altura que eu desistiram. Na ausência da provedora, asseguro o funcionamento do SAAJ, do Centro de Saúde de Maciene.



Se eu não fosse activista se calhar não tivesse a visão de tratar da minha irmã seropositiva

Trabalho gratificante

Muitos activistas desistiram, porque esperavam ter um salário. Eu não desistirei. Para mim, o trabalho voluntário é muito importante para ajudar os outros. É um trabalho que embora sem salário, abre portas para outras oportunidades. Eu, por exemplo, graças aos conhecimentos que obtive enquanto activista, consegui ingressar este ano na saúde como agente de serviço, estando afecto no Centro de Saúde de Maciene.

Nestes anos de activismo, tive já razões particulares para celebrar vitórias. Digo isto porque influenciar a mudança de atitudes não é nada fácil. Um dia vieram ao SAAJ dois jovens namorados. Ela estava grávida e o namorado não assumia a gravidez. Mas após a nossa explicação ele percebeu e aceitou. Depois fui

indicado para falar com os pais e tudo deu certo. Os dois estão ainda juntos e a moça continua a estudar.

Outro caso foi de duas moças que apareceram no SAAJ para fazer o teste de HIV, mas não tinham informação suficiente sobre isso. Explicamos sobre a importância do teste e o que fazer depois dos resultados. Mesmo assim tiveram receio de fazer o teste. Explicamos que o resultado do teste não era divulgado, era apenas entregue à pessoa testada. Recusaram. Mas alguns dias depois apareceram com o resultado do teste que elas haviam feito na cidade de Xai-Xai. Agradeceram a explicação, mas disseram que não estavam seguras sobre a eficiência da confidencialidade.

Como activista não trabalho apenas para a comunidade. Sou também activista na minha família. Tenho uma irmã seropositiva, que está em tratamento no Hospital Dia, em Xai-Xai. Eu é que tive a iniciativa de enchaminha-la ao hospital, quando ela chegou de Maputo, onde vivia com o marido que faleceu de SIDA, em 2007.

Partilhei com a minha irmã os conhecimentos que obtive no “Geração Biz”. Ela começou o tratamento antiretroviral em Maio deste ano, aqui em Maciene. Se eu não fosse activista, se calhar não tivesse a visão de tratar da minha irmã seropositiva. Não há melhor salário que esse!

Muitos activistas desistiram, porque esperavam ter um salário. Eu não desistirei. Para mim, o trabalho voluntário é muito importante para ajudar os outros”

Campanha para a erradicação da fistula ganha prestigiado prémio na área de saúde pública

A Campanha para a erradicação da fistula foi, a 19 de Dezembro, distinguida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) como modelo de colaboração entre os países do Sul, em cerimónia realizada na Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul, em Nova Iorque.

“Estamos muito orgulhosos por este reconhecimento”, disse Faustin Yao, Director do escritório Sub-Regional do UNFPA, em Dakar. “É muito importante para milhões de mulheres vivendo nessa terrível condição”.

O comité de premiação da Unidade Especial do UNDP para a Cooperação Sul-Sul destacou a abordagem inovadora da campanha na prevenção e tratamento de fistulas obstétricas e reabilitação de sobreviventes. O UNFPA foi reconhecido por facilitar as conexões para que os países partilhem conhecimento e perícia.

Com a ajuda do UNFPA, provedores de saúde e organizações da sociedade civil encontraram-se em muitas ocasiões para a troca de experiência e modelos inovadores. Ministérios de Saúde de diferentes países trabalharam juntos na procura de soluções comuns, e sobreviventes de fistulas tornaram-se influentes advogados, sensibilizando sobre a debilitante condição.

Yao acrescentou que a fortificação da cooperação Sul-Sul melhora a abordagem deste problema. “Podemos trabalhar juntos para eliminar as fistulas, através da garantia do acesso universal à saúde reprodutiva (...) e promover o empoderamento da mulher”.

A campanha do UNFPA, que iniciou em 12 países, em 2003, e agora está em 45 países de África, Ásia e região Árabe, revelou uma abordagem transversal para a eliminação de fistulas. Esta abordagem compreensiva toma em consideração a

saúde, educação, economia, transportes, comunicações e normas sociais e culturais relacionadas com a fistula. Também na Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul, o UNDP premiou outras seis organizações, que se distinguiram pelo impacto do seu trabalho. Expo Sul Sul é uma iniciativa que celebra o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Desde 2004 que a Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul serve como dinamizadora da importância da partilha de recursos, tecnologia e conhecimentos entre os países em desenvolvimento para o seu mútuo avanço. HQ/2008/21

Ficha Técnica:

Edição 03, Novembro - Dezembro de 2008
 Coordenação: Florbela Fernandes
 ffernandes@unfpa.org
 Textos e fotografias: Amâncio Vilanculos
 vilanculos@unfpa.org
 Propriedade: UNFPA
 Arranjo gráfico: Kriar Publicidade